

Os trabalhos arqueológicos que agora se noticiam enquadraram-se no âmbito do projecto de construção de um edifício, sito na Rua Tomás Ribeiro, nº 18 a 26 e lote contíguo em Torre de Moncorvo, tendo sido realizados entre Janeiro e Fevereiro de 2006.

O edifício encontrava-se adossado à cerca medieval de Torre de Moncorvo, inserindo-se assim na zona de protecção do Castelo, classificado como IIP Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 40 361, DG 228, de 20-10-1955. Este facto motivou a emissão de um parecer por parte do IPPAR, condicionando a execução do Projecto à apresentação de um Plano de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos que foram adjudicados à empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia e Património Lda.*, contemplavam a abertura de quatro sondagens, acompanhamento arqueológico da remoção dos rebocos que cobriam a muralha e dos desaterros necessários à execução do projecto de arquitectura. Os alçados da muralha e do torreão foram fotografados e desenhados.<sup>1</sup>

As sondagens arqueológicas abrangeram uma área de cerca de 20 m<sup>2</sup> localizando-se três na área de implantação do projecto e a quarta no cimo do torreão.

A estratigrafia presente nas três sondagens localizadas na área de implantação do projecto resume-se apenas a uma camada de sedimentos seguidos imediatamente pelo solo geológico (xisto). Esta camada de sedimentos resultará de uma grande regularização efectuada no solo geológico que teve como objectivo o seu nivelamento para a construção do edifício.

A sondagem efectuada no cimo do torreão revelou-nos um alinhamento de pedras graníticas, não argamassadas e irregulares que servem de apoio a um muro de xisto. Este alinhamento não respeita a orientação do muro de xisto, mas acompanha o alinhamento do alçado Oeste do torreão. Julgamos poder tratar-se do pavimento original deste torreão. A tipologia das pedras e a sua irregularidade são comuns às que se podem observar no outro torreão da cerca, localizado mais próximo do castelo (a Sul). Podemos ainda, relacionando com a observação do outro torreão, notar que as faces internas da muralha e do torreão, não se apresentam de aparelho tão regular e cuidado quanto a sua face exterior.

O pano de muralha posto a descoberto com a demolição dos edifícios mede cerca de 20.70m, incluindo a parte visível do torreão.

A muralha é construída em granito e assenta directamente no afloramento de xisto. A primeira fiada de silhares é composta por blocos graníticos que procuram adaptar-se aos contornos do afloramento e proporcionar às restantes fiadas uma certa regularidade.

Os silhares não são perfeitamente esquadriados nem têm o mesmo comprimento, mas procuram manter a mesma altura. O aparelho construtivo pode considerar-se pseudo-isódomo. É coroada por cinco ameias, que têm entre 1.60m e 1.80m de comprimento, aproximadamente 1 m de altura e os espaços entre elas medem cerca de 0.70m, porém nos primeiros metros da muralha elas terão sido destruídas (zona Norte).

Na zona Norte a muralha atinge cerca de 3.70m de altura acima do afloramento e na zona Sul possui 4.60m, esta diferença de cotas prende-se com o facto do afloramento perder gradualmente, de Norte para Sul, cerca de 1m de altura. Nesta medição consideramos a base das ameias e não o seu topo.

## acta 4 Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo

César Guedes

<sup>1</sup> Os trabalhos arqueológicos foram coordenados por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca. A direcção do trabalho de campo foi assegurada por César Guedes.

### Sondagens Arqueológicas

### Pano de Muralha e Torreão

Preenchendo e aproveitando o espaço entre as ameias da muralha, observamos que se procedeu à abertura de uma porta que daria acesso ao lado Este da muralha. Esta porta corresponderá ao momento em que se acrescentou ao topo da muralha um muro em xisto e que terá sido entaipada aquando da construção de um forno que se desenvolvia para o interior da cerca. A estrutura foi construída numa zona entre duas ameias, sendo perceptível uma pequena alteração no seu aparelho. Segundo Pedro Sobral de Carvalho e António Cheney, este forno terá uma cronologia do século XVIII e deve relacionar-se com o abandono do adarve (Cheney e Carvalho, 2005: 261).

O torreão destaca-se da muralha aproximadamente 3 metros na sua face voltada a Norte e cerca de 4 m na sua zona mais a Sul, prolongando-se para o interior de um edifício contíguo e deixando visível apenas cerca de 7 metros de comprimento. Apresenta na sua fiada mais alta (alçado Norte) a altura de cerca de 6 metros enquanto que na face Oeste apresenta, devido a destruição levada a cabo já no século XX, apenas aproximadamente 3.50 metros. Os seus silhares são graníticos, esquadriados e dispostos em fiadas irregulares de aparelho pseudo-isodómo.

## Vestígios do Fosso

O uso de valas ou fossos como sistema defensivo é conhecido e aconselhado desde a antiguidade (Monteiro, 1999: 93). Um fosso bastante largo e profundo podia mesmo substituir, como no caso do Castro de Ovil, um sistema amuralhado (Salvador e Silva, 2000: 171). Durante a Idade Média, terá perdido alguma da sua importância, sobretudo devido ao uso da barbacã e do alambor. Tal como o fosso, a barbacã apresentava-se como uma primeira barreira e o alambor impedia (ou dificultava) o encosto de escadas e torres de assalto. De qualquer forma devemos notar que a utilização da barbacã e do alambor, não seriam impeditivas do uso do fosso.

Este tipo de estrutura conviveu de perto com a evolução das fortificações e consequentes adaptações às novas formas de fazer a guerra. Com a adaptação das estruturas militares à pirobalística e consequente redução da altura dos seus muros, o fosso tornou-se uma peça essencial na defesa das praças, circunscrevendo-as e contornando também muitos dos seus complementos avançados, como os revelins ou hornaveques.

Em época medieval, o fosso fez parte activa dos sistemas de defesa. Podemos observar o seu uso em estruturas militares do tipo mota, que terão surgido nos últimos decénios do ano Mil e prevalecido até ao século XIII (Barroca, 2003: 102). Estes montes artificiais de perfil cónico e planta circular, eram delimitados na sua periferia por um fosso e uma paliçada de madeira (Barroca, 2003: 101).

Entre nós, o fosso, a *cava* ou a *carcava* “ foi uma solução típica do séc. XIV” (Barroca, 2003: 157). Consiste na escavação de uma vala que acompanha total ou parcialmente o perímetro de uma cerca ou castelo, protegendo-o ou reforçando algumas zonas mais sensíveis, sendo um elemento exterior de protecção. Esta vala pode ser cheia com água, deixada seca ou utilizar ambas as soluções. A sua eficiência dependeria da largura e profundidade com que era escavada.

Destinado sobretudo a impedir a aproximação de pessoas e engenhos de guerra e a evitar os trabalhos de mina ou sapa, o fosso articula-se geralmente com um outro sistema defensivo de localização exterior ao castelo: a barbacã, solução bastante mais comum.

O fosso foi sobretudo usado no Centro e Sul do País, onde a implantação dos castelos em planícies era mais vulgar. No Norte granítico, os castelos e a sua cuidada implantação no terreno dispensariam muitas vezes estas estruturas (Barroca, 2003: 157).

Das poucas referências a fossos devemos realçar as que João Gouveia Monteiro enumera referindo-se à construção, feitura ou reparação destas estruturas. Este autor refere obras entre os anos de 1358 e 1450 em 17 fossos. Do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, regista a presença de cavas em quatro castelos: Mourão, Alandroal, Olivença e em Elvas e refere-nos outras cinco situações onde um curso de água natural substituiria a necessidade de um fosso (Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos e ainda Monção e Lapela) (Monteiro, 1999: 94-95). Por seu lado, Mário Barroca admite a existência de fossos em 12 debuxos de Duarte de Armas (21% do total de desenhos), todos localizados no Centro e Sul do País (Penamacor, Segura, Castelo Branco, Nisa, Monforte, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Olivença, Alandroal e Serpa) (Barroca, 2003: 157-158).

A estas referências documentais devemos também acrescentar uma outra, datada de 1366 onde nos é referido o tipo de trabalhos que competiam aos habitantes de Peredo e Urros, prestando “*adua*”, ou seja, que “*ssevissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbacaa e ajudassem a aalimpar a carcova da dita vyla da torre*” (Cheney e Carvalho, 2005: 269).

Este documento revela-se de extrema importância, pois informa-nos da existência de um fosso e da intenção de construir um muro e uma barbacã. Esta é a segunda referência documental que encontramos relacionada com a barbacã de Torre de Moncorvo. A primeira data de 1337 refere-nos o contrato firmado entre o procurador do Concelho e dois mestres pedreiros, com vista à construção de “*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*”, confirmando assim a existência de uma barbacã (Abreu, 1999: 27). A segunda referência (de 1366) não confirma a existência de uma barbacã, referindo-nos apenas a obrigatoriedade dos habitantes de Peredo e Urros de ajudarem e servirem na sua construção. Não sabemos se a barbacã existente em 1337 continuaria a existir em 1366, ou se nesta data se propunha a construção de uma nova. Das intervenções arqueológicas levadas a cabo em Torre de Moncorvo, não resultaram evidências claras no que concerne à existência de uma barbacã seja ela extensa ou de porta.

Durante o acompanhamento da remoção de terras registamos uma vala que pelas suas características pensamos tratar-se de vestígios da “*carcova*” mencionada no documento de 1366.

Esta vala é escavada no afloramento de xisto e apresenta um perfil irregular, ovalado junto ao torreão, rectangular na zona central da sua extensão e no topo Norte apresenta-se com ligeiro declive. Acompanha a muralha granítica de forma paralela sendo a distância do eixo da vala à muralha de cerca de três metros. Prolonga-se desde a face Norte do torreão até ao limite Norte da área sujeita a intervenção arqueológica medindo cerca de catorze metros de comprimento e variando na sua largura entre dois metros (nos extremos) e aproximadamente três metros na zona central. Prolonga-se tanto por baixo dos edifícios a Norte, como também para Sul, sob o torreão.

Como já referimos anteriormente, o afloramento sofreu uma grande regularização. Este facto impede-nos de afirmar com segurança a profundidade e a largura original desta estrutura. Porém, podemos tentar inferir as medidas do desnível que ela criava. Partindo do embasamento da muralha e medindo até à profundidade máxima da vala, podemos dizer que no limite Norte atingiria a profundidade de 3.08 metros, ao centro, 2.78 metros e a Sul, cerca de 2 metros.

A relação dos vestígios do fosso com o torreão leva-nos a afirmar que ele é anterior à data da construção do torreão. De facto, ao observarmos o topo Sul, verificamos que o embasamento do torreão preenche, acompanha e assenta na sua escarpa.

O torreão e a muralha de granito terão sido mandados construir provavelmente no reinado

de D. Pedro I, (documento de 1366) reforçando as estruturas defensivas e dotando a vila de um muro e de uma barbacã. Do documento onde nos é fornecida esta informação, é-nos também dito que para além destas novas estruturas, era também necessário limpar a carcova da vila (Cheney e Carvalho, 2005: 269). Não seria de estranhar que a construção do torreão de granito venha sobrepor-se e inutilizar um trecho do fosso. De facto, ao analisar a muralha, observamos que a cota do afloramento desce, perdendo cerca de 1 metro até à zona onde se implanta o torreão. A construção desta estrutura reforçou a defesa da muralha numa zona mais permeável.

A distância entre os vestígios do fosso e a muralha de granito é de cerca de três metros, porém pensamos que este se articula com a cerca de xisto de D. Dinis e não com a cerca de granito existente. Assim, a distância entre o eixo do fosso e a cerca de xisto de D. Dinis será aproximadamente de 10 metros. A cerca mandada construir por D. Dinis em 1295 tem a mesma orientação e é acompanhada paralelamente pela cerca construída em granito. Esta cerca foi parcialmente exposta pela intervenção arqueológica levada a cabo em 2001 (Cheney e Carvalho, 2005: 254).

## Conclusões

No que respeita aos resultados dos trabalhos arqueológicos, podemos afirmar que apenas uma sondagem nos trouxe informações pertinentes. Foi a sondagem localizada no cimo do torreão, que permitiu identificar um alinhamento em granito que julgamos poder tratar-se de vestígios do pavimento do torreão.

Os trabalhos de acompanhamento da intervenção no edificado trouxeram resultados importantes para a compreensão da fortificação, pois permitiram expor o pano de muralha com as suas ameias e o alçado Norte do Torreão. Permitiram também identificar diferentes fases de utilização da muralha, tais como a abertura de uma porta para o interior da cerca, a construção de um forno e diferentes negativos de pisos ou sobrados.

O acompanhamento da remoção de terras permitiu-nos identificar e registar dos vestígios do fosso da Cerca de Torre de Moncorvo referido no documento de 1366.

Estes resultados são animadores e por isso achamos importante que de futuro se procure definir não só a extensão do fosso e a sua orientação, mas também confirmar a existência das barbacãs mencionadas nos documentos de 1337 e 1366.

## figuras

fig. 1 Carta Militar 1:25000, Folha n.º 130.

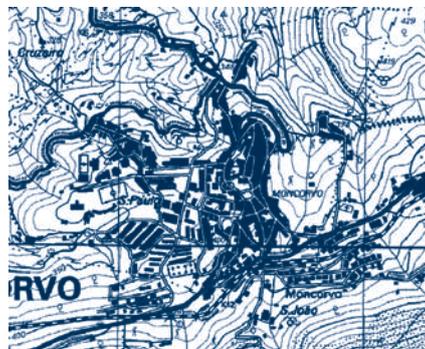
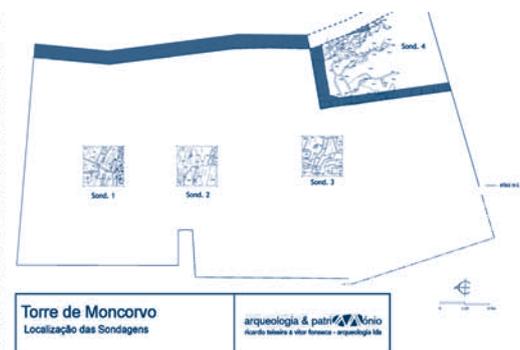


fig. 2 Planta de localização das sondagens.



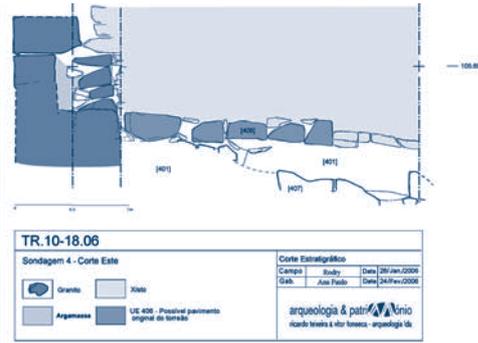


fig. 3 Alinhamento de pedras, possível pavimento original do torreão.

fig. 4 Corte Oeste da sondagem 04.

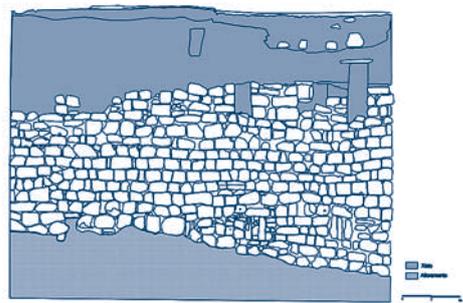


fig. 5 Pano de muralha da cerca de Torre de Moncorvo onde são visíveis ainda algumas ameias.

fig. 6 Alçado da muralha.



fig. 7 e 8 Alçados do Torreão.

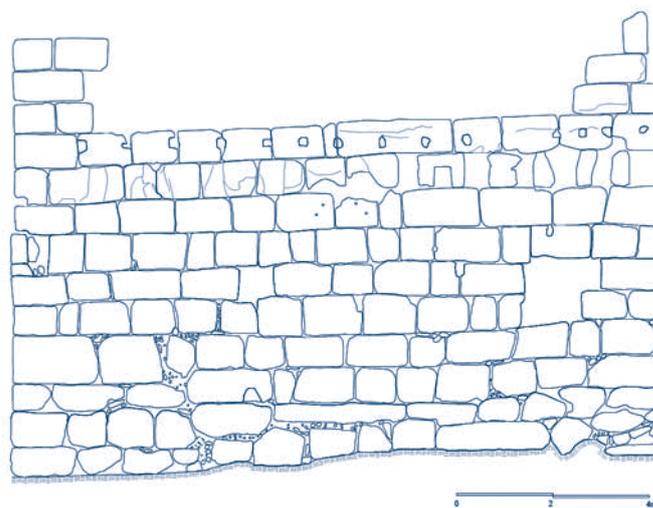
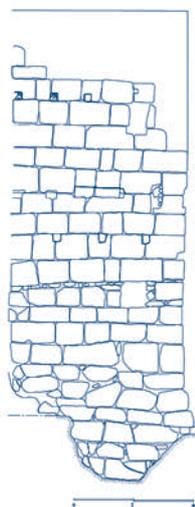


fig. 9 Alçado Norte do Torreão.

fig. 10 Alçado Oeste do Torreão.

fig. 11 Pormenor da base do torreão preenchendo o fosso.

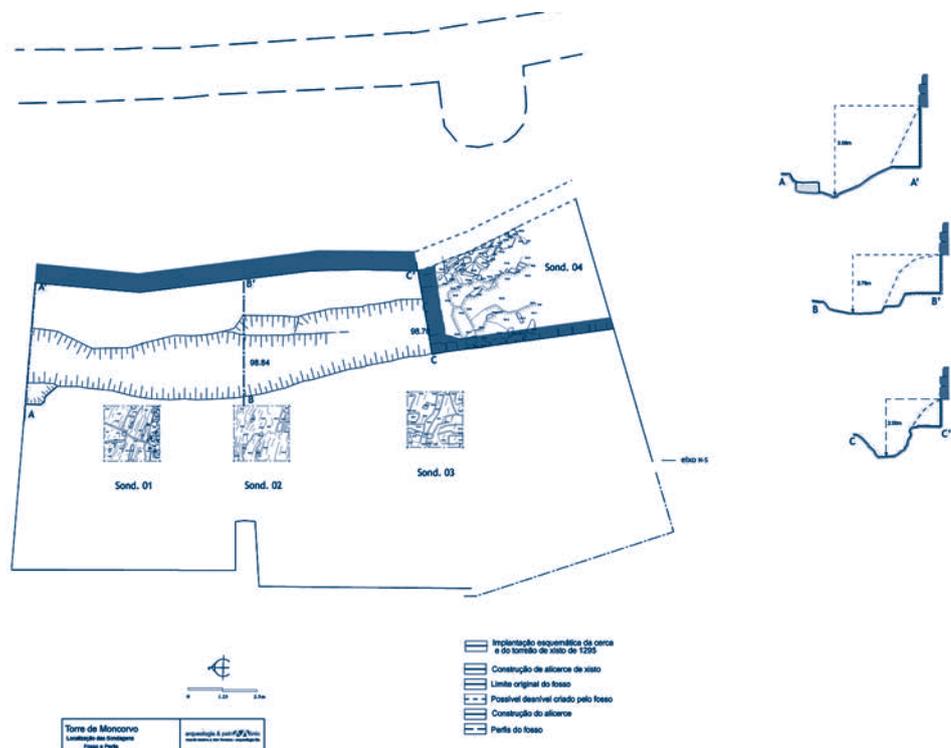
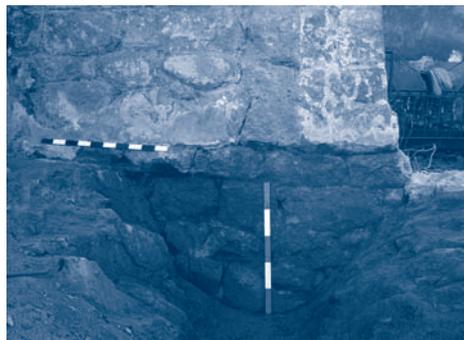


fig. 12 Localização e perfis do fosso, implantação esquemática da cerca em xisto de D. Dinis.

## Bibliografia

ABREU, C. d' (1999) – *A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana*. In BARROCA, M. J. – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam. Vol. I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 23-32.

BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis. Arquitectura Militar*. In MATTOSO, J., coord. – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

CHENEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2005) – *O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001*. Coavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7, p.251-273.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra; 29).

SALVADOR, J. F.; SILVA, A. M. S. P. (2000) – *Da Descoberta do Castro de Ovil à criação de um Gabinete de Arqueologia*. Al-madan. Almada. 2.ª série. 9, p.169-173.